

Taxa turística de 2 euros vai ser aplicada em S. Miguel no 2º semestre deste ano

Os municípios da ilha de S. Miguel deverá aplicar a partir do segundo semestre deste ano uma taxa turística de 2 euros até ao máximo de 5 dias - soube o nosso jornal de fonte ligada ao processo.

O “Diário dos Açores” sabe que, neste momento, estão em curso os procedimentos legais de audiências pelos vários municípios, havendo já um quase consenso para a taxa ser aplicada, sendo já certo que haverá isenção para os residentes nos Açores.

A aplicação da taxa turística nunca foi consensual nos Açores, com os representantes dos empresários de S. Miguel a manifestarem a sua oposição e os da Terceira a concordarem com a sua aplicação.

Revogada aprovação para a região

Recorde-se que a 15 de dezembro de 2022 a Assembleia Legislativa dos Açores aprovou uma proposta do Chega para revogar o decreto legislativo que previa a entrada em vigor de uma taxa turística regional a partir de 1 janeiro de 2023.

A revogação foi aprovada e o diploma a revogar a taxa turística regional, prevista entrar em vigor nos Açores a 1 de janeiro, foi publicado em Diário da República.

A criação de uma taxa turística nos Açores foi aprovada em abril de 2022, no parlamento regional, com 29 votos a favor: do autor da versão inicial do documento, o deputado único do PAN Pedro Neves, do PS (25 deputados), do BE (2) e do deputado independente



Carlos Furtado (ex-Chega).

Também em vigor na Madeira a partir do 2º semestre deste ano

Os municípios da Madeira vão cobrar uma taxa turística de 2 euros a partir do segundo semestre deste ano, indicou ontem o presidente da Associação de Municípios das Região Autónoma (AMRAM), Pedro Calado, referindo que este valor é consensual.

“Foi aceite que devíamos ter uma aplicação de 2 euros por hóspede e por noite, num máximo de sete noites, isentando as crianças até aos 13 anos e também [adultos] por motivos de saúde ou por questões indicadas pela Segurança Social”, disse o responsável, após uma reunião da AMRAM, no Funchal, em que participaram dez dos 11 municípios da região.

De acordo com Pedro Calado, apenas

a Câmara Municipal da Ponta do Sol não participou na reunião, na qual “foi aceite de forma quase consensual que se deviam criar regras iguais para todos os municípios”.

O presidente da AMRAM explicou que a cobrança da taxa só deverá entrar em vigor no segundo semestre deste ano, considerando que o processo tem de percorrer vários órgãos municipais e também passa por um período de discussão pública.

Por outro lado, é necessário criar um sistema informático adequado que permita a conjugação com todas as unidades de turismo, sejam quintas da Madeira, alojamento local ou hotéis.

Está prevista uma comissão de 2,5% para os estabelecimentos hoteleiros, sendo o valor remanescente transferido para os municípios.

“Cada câmara municipal fará a sua aplicação [das verbas da taxa]

em função do que ficar definido no seu regulamento, mas foi também de entendimento generalizado que essa aplicação deverá ter sempre por base a sustentabilidade ambiental, questões de promoção turística, preservação de espaços verdes e de utilização turística”, esclareceu Pedro Calado.

A taxa turística será cobrada a turistas e residentes.

Na terça-feira, o secretário regional das Finanças, Rogério Gouveia, revelou que o executivo madeirense (PSD/CDS-PP) aponta para uma receita de 10 milhões de euros com a cobrança da taxa turística.

“Neste momento, nós estimamos uma receita de 10 milhões de euros, mas é um processo que está em negociação e em diálogo com os municípios e que, naturalmente, ao longo de 2024, percorrerá o seu caminho”, afirmou o governante, na apresentação do Orçamento da Região Autónoma da Madeira para este ano.

Esta é uma medida que resulta do acordo de incidência parlamentar assinado entre o PAN e a coligação PSD/CDS-PP após as últimas eleições regionais, em setembro do ano passado.

A coligação PSD/CDS-PP ficou a um deputado da maioria absoluta, tendo assinado o acordo para viabilizar o terceiro executivo chefiado pelo social-democrata Miguel Albuquerque.

Atualmente, apenas o município de Santa Cruz, na zona leste da Madeira, liderado pelo partido JPP (Juntos Pelo Povo), cobra taxa turística no arquipélago.

Hipólito já causou inundações em vias e habitações nalgumas ilhas

Na sequência da passagem da depressão Hipólito pelo arquipélago, o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA) informou que foram registadas no dia de ontem, no total e até a meio da tarde, 17 ocorrências: nove no Pico, quatro em São Jorge e quatro na Graciosa.

As situações reportadas correspondem, sobretudo, a inundações de vias, inundações em habitações e transbordo de ribeiras.

Numa rua em Santo António das Capelas, em S. Miguel, um muro causou a interrupção de trânsito.

Entretanto, a Proteção Civil dos Açores contactou todos os corpos de bombeiros da região e os Serviços Municipais de Proteção Civil para “estarem em estado de prontidão”, devido à passagem da depressão Hipólito, que

começou ontem a afetar o arquipélago e deverá prolongar-se até ao fim de semana.

“Na sequência da passagem da depressão Hipólito pelo arquipélago, o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores informa que contactou todos os corpos de bombeiros da região, bem como todos os Serviços Municipais de Proteção Civil de forma a estarem em estado de prontidão”, lê-se num comunicado.

Na mesma nota, a Proteção Civil dos Açores aconselha a população a adotar medidas de autoproteção, nomeadamente, manter limpos os sistemas de drenagem, bem como os adjacentes às residências, acautelar objetos soltos ou outros que possam ser projetados pelo vento e consolidar telhados, portas e janelas.

A população deve ainda fechar bem portas, janelas e persianas, circular só em caso de necessidade e afastar-se de áreas baixas junto da orla marítima.

Num comunicado enviado esta manhã às redações, a delegação regional dos Açores do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) informa que a depressão Hipólito, com um sistema frontal associado, encontrar-se-á, na tarde de hoje, “a cerca de 150 km a sul (S) das Flores, com uma pressão no seu centro de 980 hPa”.

Prevê-se que a depressão provoque “um aumento significativo da intensidade do vento, com rajadas na ordem dos 115 quilómetros por hora no grupo Oriental” (São Miguel e Santa Maria), 110 quilómetros por hora no grupo Central” (Terceira, São Jorge, Faial, Pico e Graciosa) e “até 100 quilómetros

por hora no grupo Ocidental” (Flores e Corvo).

Segundo o IPMA, “provocará também um aumento da agitação marítima com ondas que podem atingir os 7 metros de altura significativa em todo o arquipélago”.

“Associada a esta situação meteorológica, deverá ocorrer precipitação por vezes forte, podendo ser acompanhada de trovoadas. Devido à depressão, o IPMA emitiu, na terça-feira, aviso laranja para as ilhas do grupo Central e Oriental dos Açores por causa do vento e da precipitação forte, podendo ser acompanhada de trovoadas, situação que se deverá manter até ao início de hoje. O aviso laranja é o segundo mais grave da escala e é emitido em “situação meteorológica de risco moderado a elevado”.